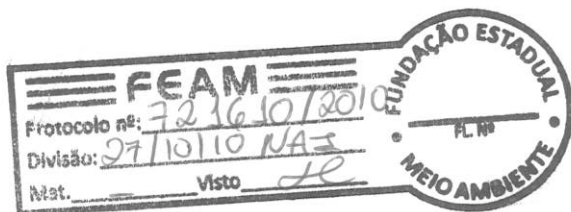




ESTADO DE MINAS GERAIS
Advocacia-Geral do Estado
Procuradoria do DER



AO PLENÁRIO DO CONSELHO DE POLÍTICA AMBIENTAL - COPAM



**FEAM
RECEBEMOS**
27/10/10
Flamelle
ASSINATURA

Reuvsce

**Ref.: Processo Administrativo COPAM/PA/Nº 376/2001/002/2002
(Auto de Infração nº 1039/2002)**

O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG, representado pela Advocacia-Geral do Estado, pelo Procurador do Estado que esta subscreve, nos autos do Processo Administrativo em epígrafe, vem, no prazo legal de 30 (trinta) dias, com fulcro no art. 43 do Decreto Estadual nº 44.844, interpor **recurso com pedido de efeito suspensivo** contra a penalidade aplicada à autarquia rodoviária, nos termos das razões anexas.

Requer o processamento e o provimento do presente recurso.

Pede deferimento.

Belo Horizonte-MG, 25 de outubro de 2.010.

**FEAM
RECEBEMOS**

26/10/2010

Mary
ASSINATURA

MA SP: 1043884-4

Rosalvo
ROSALVO MIRANDA MORENO JÚNIOR

Procurador do Estado
Chefe da Subprocuradoria de Precatórios e
Processos Administrativos do DER/MG
OAB/MG 70.806 - MASP 339.990-4



ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia-Geral do Estado

Procuradoria do DER



Processo Administrativo COPAM/PA/Nº 376/2001/002/2002

Auto de Infração nº 1039/2002

Recorrente: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG

RAZÕES DE RECURSO

1. Mediante o Ofício nº 1695/2010 NAI/DMFA/FEAM, encaminhado pela Diretoria de Monitoramento e Fiscalização Ambiental e recebido pelo DER/MG na data de **27.09.2010** (vide AR de fl. 20, SISEMA), esta autarquia foi comunicada no sentido de que o Pedido de Reconsideração formulado no Processo Administrativo COPAM/PA/Nº 376/2001/002/2002, referente ao Auto de Infração nº 1039/2002, foi indeferido.

2. Contudo, *data venia*, a multa aplicada ao ora recorrente não pode prevalecer, haja vista que, conforme demonstra a anexa Comunicação Interna nº 0612/10, subscrita pelo Senhor Diretor de Projetos do DER/MG, bem como o relatório fotográfico que a acompanha, os danos causados ao meio ambiente à época da execução das obras de melhoria e pavimentação do trecho São Thomé das Letras – Entroncamento Três Corações e São Bento do Abade foram totalmente sanados por esta autarquia.



3. Não se pode olvidar que a implantação de programas de melhoria e pavimentação de rodovias sempre causa algum impacto ambiental (v.g., assoreamentos, supressão de vegetação, etc.), a exemplo de qualquer obra, seja de que natureza for. No caso específico do DER/MG, a autarquia sempre procurou conter e minimizar os impactos decorrentes das obras rodoviárias, contando sempre com licença ambiental, autorização e orientação dos órgãos competentes, inclusive da FEAM/MG. Na hipótese específica do auto de infração em tela, houve pequeno assoreamento, decorrente da terraplenagem realizada no local, sendo certo que foi realizada a devida recuperação à época da execução das obras.

4. Assim, entende o recorrente que não há fundamento jurídico que justifique a aplicação das multas em escopo, sobretudo porque o DER/MG, conforme sobejamente demonstrado pela documentação e fotografias anexas, recuperou os danos de pequena monta causados à época da realização das obras rodoviárias.

5. Na improvável hipótese de manutenção da penalidade, postula o recorrente a redução de 50% (cinquenta por cento) do valor das multas, haja vista que, conforme demonstrado, o DER/MG procedeu à recuperação total do meio ambiente nos locais afetados pela execução das obras de melhoria e pavimentação do trecho da ligação rodoviária São Thomé das Letras – Entroncamento São Bento Abade – Três Corações.

6. De outra parte, o valor da multa aplicada ao ora recorrente (R\$ 20.036,83 – vinte mil e trinta e seis reais e oitenta e três centavos) revela-se absurdo, eis que desproporcional à irregularidade apontada. Assim, na remota hipótese de manutenção da decisão recorrida, requer o DER/MG seja recalculada a referida multa.



7. Em face do exposto, requer o DER/MG, após a detida análise destas razões recursais e dos documentos que as acompanham, seja conhecido, atribuído efeito suspensivo e, a final, provido o presente recurso, para o fim de que:

a) seja anulada a multa relativa ao Processo Administrativo COPAM/PA/Nº 376/2001/002/2002;

b) em face do princípio da eventualidade, acaso mantida a multa, o que não se espera, seja ela reduzida em 50% (cinquenta por cento) ou recalculada em valor inferior.

Pede deferimento.

Belo Horizonte-MG, 25 de outubro de 2010.

ROSALVO MIRANDA MORENO JÚNIOR

Procurador do Estado

Chefe da Subprocuradoria de Precatórios e

Processos Administrativos do DER/MG

OAB/MG 70.806 - MASP 339.990-4